



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 041/2018

PARECER

=====

Síntese:

O presente de Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, dispõe a prorrogação do prazo estabelecido no art. 28, da Lei Municipal nº 3.482/2018, que dispõe sobre o Parcelamento Especial para quitação das Dívidas e Débitos Municipais da Administração Direta e Indireta.

Quanto ao mérito:

As considerações de mérito da proposição são oportunas e admissíveis, tendo em vista que a prorrogação do parcelamento de que trata a proposição dará ao Município mais condições de obter uma maior regularização na arrecadação tributária e um menor número de contribuintes inadimplentes.

Quanto à Legalidade:

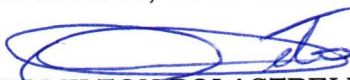
No âmbito da legalidade, entendemos que a matéria encontra-se obediente às normas legais e constitucionais pertinentes.

Conclusão:

Assim, votamos favoravelmente pela sua acolhida e aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2018.


ROMILTON POLASTRELI
(RELATOR)

ACOLHEMOS O PARECER DO RELATOR E VOTAMOS NO MESMO SENTIDO.


MARCUS ANTº G. DE SOUZA
(PRESIDENTE)

ROMAR AZEVEDO MENDES
(MEMBRO)